



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo Nº
51595-58.2017.8.06.0112/0

Data - Hora
27/6/2017 - 10:19

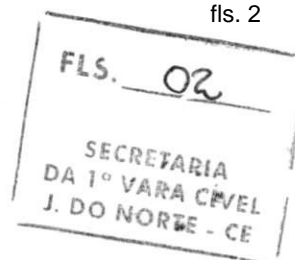


Dados Gerais do Processo			
Número Único	<u>51595-58.2017.8.06.0112/0</u>		
Tipo de Ação	PROCEDIMENTO SUMÁRIO - CÍVEL		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Sumário		
Classe	AÇÕES CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR		
Autuação	Não possui autuação	Volumes	1
Just.Gratis	NÃO	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE		
Assunto(s)			
SEGURO			
Hierarquia: \DIREITO DO CONSUMIDOR\Contratos de Consumo\Seguro			
Partes			
Requerente : EDSON TEIXEIRA BARBOSA			
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA			
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT			



ACTUS
Advogados Associados

fls. 2



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ☐ VARA
CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.**

COMARCA JUAZ DO NORTE
51595-58.2017.8.06.0112



SETOR DE DISTRIBUIÇÃO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE
Recebido em: 16/06/2017 às ____: ____ hs.

Cicero Wagner A. Feitosa
Distribuidor

EDSON TEIXEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº: 2003034057388 SSP/CE e do CPF nº: 015.709.773-05, residente e domiciliado em Rua Ana Rita de Souza, nº 125, TC. 03, apto. 202, bloco 20, Aeroporto, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado infra-assinado (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20031 – 205, pelo que declara e passa a expor:

1 – PRELIMINARMENTE

1.1 – NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC).

1.2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:

Inicialmente, requer os benefícios da justiça gratuita, em razão de não possuir recursos suficientes para arcar com as custas e despesas processuais, haja vista expressa previsão no Código de Processo Civil, não sendo óbice à benesse a constituição de advogado. Senão vejamos:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

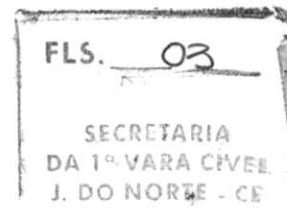
§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;



ACTUS

Advogados Associados



Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

2 – DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA:

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 25 de Setembro de 2016, tendo lesões gravíssimas como resultado do incidente mencionado. Vejamos:

1. Trauma em perna esquerda;

Em virtude das lesões sofridas a requerente precisou ser submetida a tratamento de imobilização, ambulatorial e medicamentoso, carecendo de um longo período de recuperação. Como consequência do acidente mencionado lhe sobrevieram amargas sequelas, prejudicando o desempenhar de suas atividades quotidianas.

Conforme atestado médico, a lesão apresentada tem caráter de invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura.

Contudo, apesar da lesão em decorrência de acidente envolvendo veículo automotor, o Requerente não teve outorgado nenhuma quantia à título extrajudicial.

Em razão do valor que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento de indenização securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pelo Autor.

À vítima de acidente de veículo automotor aplica-se a Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não), conforme disposto no Art. 3º, II:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Portanto, o Requerente possui direito à receber indenização em razão do evento danoso, totalizando um valor de até R\$ 13.500,00, o qual será apurado mais detidamente com a perícia judicial.

Saliente-se que, a comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficientes para a viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada, independentemente de culpa (art. 5º da Lei 6194/74), se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550 QUARTA
CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg:



ACTUS

Advogados Associados

FLS. 04

SECRETARIA
DA 1ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. [...] A indenização por morte em acidente de trânsito e devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92. (grifo nosso)

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

3 – NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA À SOLUÇÃO DA LIDE:

A realização de perícia judicial é indispensável à solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT, haja vista que somente o laudo do *expert* é capaz de delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

Portanto, requer, a não realização da audiência de conciliação e a designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação, tudo conforme expressão disposição dos arts. 464, *caput* e 465, *caput*, ambos do CPC.

4 – DO PRAZO PRESCRICIONAL:

Diante da violação de um direito, nasce para o Autor/Vítima uma pretensão (Art. 189, CPC). Contudo, a pretensão pode ser extinta pela sua inércia (inatividade durante determinado decurso de tempo), configurando o nascedouro da prescrição.

Com as ações referentes ao Seguro DPVAT não seria diferente. Nesse sentido, o Enunciado Sumular nº 405 dispõe que **“A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”**, cujo termo inicial é a ciência da incapacidade (Súmula 278, STJ) ou, tendo havido pagamento administrativo parcial, interrompe-se o prazo prescricional, iniciando-se um novo prazo trienal a partir desse momento (TJ-PE - APL: 28405020108171370 PE 0002840-50.2010.8.17.1370 ; TJ-SP - APL: 02192464320108260100 SP 0219246-43.2010.8.26.0100).

Portanto, claramente demonstrado, *in casu*, que não houve prescrição quanto ao direito do Requerente, haja vista que entre o termo inicial e o termo final não transcorreu lapso temporal superior a 03 anos.

6 – DOS PEDIDOS:

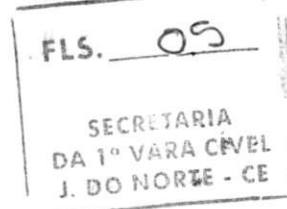
Destarte, ante o exposto, REQUER:

- a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, *caput* e §1º, I e 105, *caput*, ambos do CPC);



ACTUS
Advogados Associados

fls. 5



- b) Que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC), bem como, que os eventuais alvarás sejam expedidos em nome de **Antônio Allan Leite Saraiva (OAB/CE 23.502)** ou **Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**;
- c) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.
- d) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial (arts. 464 e 465 do CPC);
- e) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor de R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais), com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;
- f) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, caput e §2º do CPC);

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

Dá-se a esta causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos

Pede Deferimento

Barbalha-CE, 09 de junho de 2017.

Bruna Reinaldo do Nascimento Santana
OAB/CE 36955

Antônio Allan Leite Saraiva
OAB/CE 23502

Thomaz Antonio Nogueira Barbosa
OAB/CE 20787



ACTUS

Advogados Associados

FLS. 06

SECRETARIA
DA 1ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

"PROCURAÇÃO AD JUDICIA"

OUTORGANTE:

Edson Teixeira Barbosa, brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº 200.303.405.43.88 SSP/CE e do CPF nº 015.709.773-05, residente e domiciliado em Rua Ana Rita nº 125, TC. 03, apto 202, bloco 20, Aeroporto, na cidade de Juazeiro do Norte - CE.

OUTORGADO: Dr. THOMAZ ANTÔNIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 20.787 e ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 23.502, ALANA CORREIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 30.218, ARTHUR GOMES PONTES, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 34.322, ANDEISE SILVA FARIAS NOGUEIRA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE sob o nº 35.332, ambos com escritório situado à Rua Zuca Sampaio nº 649, Santo Antônio, Barbalha/CE onde recebe intimações e avisos.

PODERES: O(A) outorgante concede os mais amplos, gerais, especiais e ilimitados poderes, para representá-lo(a) junto ao foro em geral, conforme o artigo 38 do CPC, bem como os poderes da cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais, acompanhando-o(a) e promovendo quaisquer medidas preliminares, previstas ou assecuratórias dos seus direitos e interesses; conferindo-lhe, também, poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação e/ou procedimento, enfim, de valores depositados em instituições financeiras decorrentes de pleitos administrativos e/ou judiciais, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, propor execução, requerer insolvência, rescisória, embargos, agravos, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda, representar junto às instituições financeiras e repartições públicas federais, estaduais e municipais; empresas públicas, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito público/privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer (em conjunto ou isoladamente), com ou sem reserva de poderes, o presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, enfim, poderá o(s) procurador(es), praticar(em), alegar(em), promover(em) e assinar(em) todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

DECLARA o outorgante, nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para os devidos fins, de que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício de seu sustento e de sua família.

Barbalha/CE, 28 de Outubro de 2016.

EDISON TEIXEIRA BARBOSA

SINISTRO 3160620599 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** EDSON TEIXEIRA BARBOSA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** MBM SEGURADORA S/A #772**BENEFICIÁRIO** EDSON TEIXEIRA BARBOSA**CPF/CNPJ:** 01570977305FLS. 09
SECRETARIA
DA 1ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE**Posição em 02-01-2017 11:30:55**

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
 Documentação médico-hospitalar	Vítima	Não Conforme	

FLS. 08

SECRETARIA
DA 1ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CEGOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

BOLETIM DE Ocorrência Nº 488 - 14773 / 2016

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
 Data / Hora da Comunicação: **06/10/2016 10:55:28**
 Data / Hora da Ocorrência: **25/09/2016 21:30:00**
 Endereço da Ocorrência: **AVENIDA PADRE CÍCERO**
 Complemento:
 Bairro: **TRIÂNGULO** Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**
 Ponto de Referência: **POSTO DE COMBUSTÍVEL CRAJUBAR**

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **EDSON TEXEIRA BARBOSA**
 Nascimento: **27/06/1985** CPF: **015.709.773-05**
 RG: **2003034057388** Órgão Emissor: **SSPDC** UF:
 Filiação: **MARIA LUCIA TEXEIRA BARBOSA**
VALDECI DO CARMO BARBOSA
 Endereço: **RUA ANA RITA DE SOUZA-TC 03-APTO 202 - BL 20, 125**
 Bairro: **AEROPORTO** CEP:
 Município: **JUAZEIRO DO NORTE/CE**
 País: **BRASIL** Telefone:

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **PMV4220** Uf: **CE** Município: **JUAZEIRO DO NORTE** Chassi:
9C2JC4120FR000948 Renavam: **1019753142** Tipo do Veículo: **MOTOCICLETA** Marca
 / Modelo: **HONDA/CG 125 FAN ES** Ano Fabricação: **2014** Ano Modelo: **2015**
 Combustível: **GASOLINA** Cor: **VERMELHA** Proprietário: **JOSE ARISTEU TORRES**
 JUNIOR Situação: **NÃO INFORMADO** Envolvimento: **COLISÃO**

Histórico

Advertido(a) das penas cominadas ao crime de falso testemunho, comunicação falsa de crime e falsidade ideológica, o(a) declarante, ora vítima, compareceu nesta 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juazeiro do Norte/CE, munido de cópias dos documentos a seguir relacionados, os quais ficarão anexados a 2ª via do presente boletim de ocorrência: Ficha de Atendimento do Hospital Regional do Cariri- Prontuário Nº32684 datado de 25.09.2016 às 21:45 horas. RG. CPF. Comprovante de Residência, CNH e CRLV do veículo envolvido no acidente, onde declarou o seguinte: No dia 25.09.2016 por volta das 21:30 horas o declarante/vítima trafegava na Av. Padre Cícero, bairro Triângulo, nesta cidade de Juazeiro do Norte/CE, pilotando o veículo acima qualificado. Ocorre que, após a rotatória próxima ao posto de combustível CRAJUBAR adentrou na contra-mão, ocasião em que vinha em sentido contrário um automóvel GM/Corsa Classic, de cor cinza, onde colidiu contra a motocicleta do declarante/vítima lhe derrubando. Em decorrência do sinistro sofreu lesões, tendo o próprio motorista do automóvel socorrido o declarante/vítima encaminhando ao Hospital Regional do Cariri. E nada mais disse.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO:

HAMURABI CARLOS MENDES HONORATO - MAT.: 133985-1-B

DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

X EDSON TEXEIRA BARBOSA

Pág. 1 de 2

Impresso em: 06/10/2016 11:07:38



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 POLÍCIA CIVIL
 DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

FLS. 09

SECRETARIA
 DA 1ª VARA CÍVEL
 J. DO NORTE - CE



BOLETIM DE Ocorrência Nº 488 - 14773 / 2016

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: X EDSON TEIXEIRA BARBOSA

VISTO DO DELEGADO(A) :

MARCOS ANTONIO DOS SANTOS - MAT.: 133850-1-7

[Assinatura]
 Marcos Antonio dos Santos
 Delegado de Polícia Civil
 133850-1-7

EVOLUÇÃO

SECRETARIA

Data Cadastro	Usuário Cadastro	Descrição
		ARTICULAÇÃO EM FLEXÃO 90°, SEM DEFORMIDADES EM MEMBRO INFERIOR (E). NÃO COOPERATIVO, APENAS GRITA E NÃO MOSTRA LOCAL QUEIXOSO. ASSIM, REALIZAREMOS ANALGÉSICOS E ANTI-INFLAMATÓRIO, ALÉM DA ANTIBIOTICOPROFILAXIA, PARENTERAIS, E REALIZAREMOS RADIOGRAFIAS DE PERNA, TORNOZELO E PÉ ESQUERDOS PELA MANHÃ

ENCAMINHAMENTO - CONDUTA FINAL

☐ Alta Conduta☐ Observação☐ Referência para:☐ Óbito

FLS. 12

EXAMESECRETARIA
DA 1ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

Nome	Data Solicitação	Urgente	Situação
RX JOELHO E AP/P (0204060125)	25/09/2016 22:48	Sim	Realizado
RX PERNA E AP/P (0204060168)	26/09/2016 00:34	Sim	Cancelado
RX PE E AP/OBLIQ (0204060150)	26/09/2016 00:34	Sim	Cancelado
RX TORNOZELO E AP/P (0204060087)	26/09/2016 00:34	Sim	Cancelado

PRESCRIÇÃO

Médico: ANDRE LUIS SANTANNA

CRM

9492

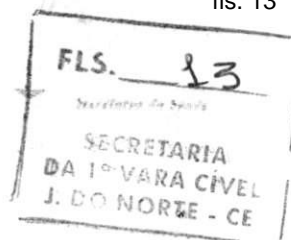
26/09/16 00:29

Prescrição	Horário:
RADIOGRAFIAS DE PERNA + TORNOZELO + PÉ ESQUERDOS PARA 07:00 HS. QBG.	
DIAZEPAM 10 MG VO AGORA (RELAXANTE MUSCULAR).	
RANITIDINA 150 MG VO DE 12 EM 12 HORAS, REGULARMENTE.	
CETOPROFENO "VENOSO" 100 MG IV (LENTO) DE 12 EM 12 HORAS,	
DIPIRONA 3 ML IV (LENTO) DE 6 EM 6 HORAS, REGULARMENTE.	
TRAMADOL 100 MG IV (LENTO) DE 8 EM 8 HORAS, REGULARMENTE.	
SF A 0,9% 1000 ML IV A 14 GOTAS POR MINUTO.	
DIETA ORAL LIVRE + SINAIS VITAIS.	
SOLICITADO PARECER DA TRAUMATOLOGIA.	
CETOPROFENO 100 MG 01 AMP + 100 ML DE SF 0,9%, IV, CORRER EM 30 MIN.	

EVOLUÇÃO

Data Cadastro	Usuário Cadastro	Descrição
26/09/2016 00:00	LEONARDO TAITIRO MIYAZAWA	#ORTOPEDIA# TRAUMA EM MIE E.F: ADM DE TNZ, JOELHO E QUADRIL ESQUERDO LIVRE RAIO-X: SEM FRATURA
26/09/2016 00:00	ANDRE LUIS SANTANNA	A ADMISSÃO, PELA CIRURGIA GERAL: "PACIENTE TRAZIDO POR POPULARES COM RELATO DE HAVER SOFRIDO ACODENTE DE MOTOCICLETA (MOTO-CARRO) HÁ POUCOS MINUTOS, APRESENTANDO FERIDA CORTO-CONTUSA NO TERÇO MÉDIO DA PERNA ESQUERDA. REFERE DOR E LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO JOELHO HOMOLATERAL. NEGA PERDA DA CONSCIÊNCIA. EXAME FÍSICO: EGBOM, AFEBRIL, EUPNEICO, HIDRATADO, NORMOCORADO E VÍGIL. ACG = 15. AGI: ABDOME PLANO. SIMÉTRICO, DEPRESSÍVEL E SEM SINAIS DE IRRITAÇÃO PERITONEAL. CONDUTA: REALIZAMOS LIMPEZA EXAUSTIVA DA FERIDA E SUTURA."
		PACIENTE COM IMPRESSÃO DE TRAUMATISMO CONTUNDENTE EM MEMBRO INFERIOR (E), SE MOSTRA COM FERIMENTO SUTURADO E RADIOGRAFIAS SEM ACHADOS DE FRATURAS E/OU LUXAÇÕES VISÍVEIS EM JOELHO (E); SE ENCONTRA

FICHA DE ATENDIMENTO



IDENTIFICAÇÃO PACIENTE/CADASTRO

Nome: EDSON TEIXEIRA BARBOSA Admissão: 25/09/2016 21:45
 Pront.: 32687 Data Nasc.: 27/06/1985 Idade: 31 ano(s) 3 mes(es) e 8 dia(s) Tel.: 88 88456774
 Mãe: MARIA LUCIA TEIXEIRA BARBOSA
 Sexo: Masculino RG: 2003050437388 Município: JUAZEIRO DO NORTE
 CEP: Bairro: JOAO CABRAL
 Endereço: ODILIO FIGUEIREDO 1149

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Risco: LARANJA Classificador DEBORAH ALBUQUERQUE ALVES MOREIRA Horário 25/09/2016 21:52
 Queixa: paciente relata acidente de trânsito há poucos minutos apresentando fcc em perna esquerda

Fluxograma: PROBLEMAS EM EXTREMIDADES

Discriminador: DOR INTENSA
 Sato02:

ATENDIMENTO MÉDICO

Médico: RAIMUNDO VALDETARIO BRITO SIEBRA CRM: 6442 Nº: 342858 Horário 25/09/2016 22:39
 Acidente: Sim Agressão: Não Peso: P.A.:

Eixo: OBSERVAÇÃO INTERMEDIÁRIA II

Hipótese Diagnóstico: MOTOCICLISTA NAO ESPECIFICADO TRAUMATIZADO EM COLISAO COM OUTROS VEÍCULOS E COM VEICULOS NAO ESPECIFICADOS, A MOTOR EM UM ACIDENTE DE TRANSITO

Comorbidade:

HDA/Exame Físico:

PACIENTE TRAZIDO POR POPULARES COM RELATO DE HAVER SOFRIDO ACODENTE DE MOTOCICLETA (MOTO-CARRO) HÁ POUCOS MINUTOS, APRESENTANDO FERIDA CORTO-CONTUSA NO TERÇO MÉDIO DA PERNA ESQUERDA. REFERE DOR E LIMITALÇÃO DOS MOVIMENTOS DO JOLHO HOMOLATERAL. NEGA PERDA DA CONSCIÊNCIA.

EXAME FÍSICO: EGBOM, AFEBRIL, EUPNEICO, HIDRATADO, NORMOCORADO E VÍGIL. ACG = 15.

AGI: ABDOME PLANO, SIMÉTRICO, DEPRESSÍVEL E SEM SINAIS DE IRRITAÇÃO PERITONEAL.

CONDUTA: REALIZAMOS LIMPEZA EXAUSTIVA DA FERIDA E SUTURA.

ALTA

Data: 26/09/2016 12:51

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Data	Fluxograma	Discriminador	Risco	Profissional
25/09/2016 21:52:00	PROBLEMAS EM EXTREMIDADES	DOR INTENSA	LARANJA	DEBORAH ALBUQUERQUE ALVES MOREIRA

DETRAN - CE
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
Nº 012457424560

VIA 01 COD. RENAVAM 01019753142 R.N.T.R.C. 00000000000 EXERCÍCIO 2015

NOME JOSE ARISTEU TORRES JUNIOR
 JUAZEIRO DO NORTE /CE

CPF / CNPJ 06503429339 PLACA PMV4220/CE

PLACA ANT / UF /CE

CHASSI 9C2JC4120FR000948

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/NAO APLIC. COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA / MODELO HONDA/ CB 125 FAN ES

CAP / POT / OIL 2P/OCV/124CC

CATEGORIA PARTIC

COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA

VENO / COTA ÚNICA

VENO / COTAS

FAIXA LPVA

PARCELAMENTO / COTAS

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) 129,04

IDF (R\$) 14,34

PRÊMIO TOTAL (R\$) 143,38

DATA DE PAGAMENTO 02/02/2016

OBSERVAÇÕES

LOCAL JUAZEIRO DO NORTE

DATA 02/02/2016

Assinatura: Igor Pontes

DETRAN-CE

CE Nº 012457424560 **BILHETE DE SEGURO DPVAT**

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
 SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2015 DATA EMISSÃO 03/02/2016

VIA 01 CPF / CNPJ 06503429339 PLACA PMV4220

RENAVAM 01019753142 MARCA / MODELO HONDA/ CB 125 FAN ES

ANO FAB. 2014 CAT. TARIF. 09

CHASSI 9C2JC4120FR000948

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 129,04

DENATRAM (R\$) 14,34

CUSTO DO SEGURO (R\$) 143,38

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15

IDF (R\$) 1,11

TOTAL A SER PAGADO PELO SEGURO (R\$) 292,91

PAGAMENTO ☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO 02/02/2016

SEGUROADORA LÍDER - DPVAT
 CNPJ 09.348.828/0001-04
www.seguradoralider.com.br

MOTOR: JC41E2F000948

00670

FLS. 14

SECRETARIA
 DA 1ª VARA CÍVEL
 J. DO NORTE - CE

FLS. 15

SECRETARIA
DA 1ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOVO
JOSE ARISTEU TORRES JUNIOR

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
20074368114 SEP CE

CPF 066.034.293-39 Data Nascimento 11/11/1995

Função
JOSE ARISTEU TORRES
SANDRA DE SOUSA
HONORATO

PERMISSÃO ACC CATEG. AB

VEICULO 06066546263 VENCIMENTO 20/01/2019 V. EXPIRACAO 12/05/2014

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO:

Assinatura: Jose Aristen Torres Junior

LOCAL FORTALEZA, CE DATA EMISSAO 13/05/2015

Assinatura: [Assinatura]

02068938714
CE147484936

DETRAN CE (CEARA)

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1150744953

PROIBIDO PLASTIFICAR
1150744953



FLS. 17
SECRETARIA
DA 1ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE**

Data - Hora
27/6/2017 -
9:52

Termo de Registro e Autuação



Não possui autuação

Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

Dados Gerais do Processo

Protocolo Único	51595-58.2017.8.06.0112 / 0 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Nr.Volumes	1
Natureza	CÍVEL
Just.Gratuita	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARAS CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR

Partes

Nome

Requerente : EDSON TEIXEIRA BARBOSA
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

JUAZEIRO DO NORTE (COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE), 27 de Junho de 2017

Responsável

FLS. 18
SECRETARIA
DA 1ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM DES. JUVÊNCIO SANTANA
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
1ª VARA CÍVEL

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Jardim Gonzaga – Fone: 3102-3976 – CEP: 63046-551

FLS.
SECRETARIA
DA 1ª VARA CÍVEL
J. DO NORTE - CE

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que o presente feito registrado, eletronicamente, no Sistema de Processamento – SPROC.

CERTIFICO, outrossim, que registrei e autuei o referido feito Livro de Tombo Cível nº 04 às fls. 94, sob o nº 79117.
O referido é verdade. Dou fé.
Juazeiro do Norte-CE, 26 de JULHO de 2013

p/ Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível.

CONCLUSÃO

Ao(s) 26 de JULHO de 2013, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo nº: 53595-58.2014.8.06.0112

DESPACHO

Vistos etc;

1. Defiro o benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC.

2. Atento ao disposto no art. 99, § 2º do CPC **determino a intimação do(s) autor(es)**, por meio de seu advogado (DJE), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove do preenchimento dos pressupostos para concessão da benesse.

3. Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC).

4. Atento ao disposto nos arts. 319 e 320 do CPC e, cumprindo o determinado no art. 321 do CPC, entendo que se faz necessária a emenda da inicial com juntada de documentos, outorgando prazo de 15 (quinze) dias, para que o autor atenda ao disposto a seguir:

a) informar profissão da parte autora;

b) informar endereço eletrônico da parte autora;

c) informar CPF da parte autora;

d) acostar comprovante de endereço atualizado em nome da parte autora, com data de emissão de, no máximo, dois meses da presente data, e caso não esteja o comprovante em nome da parte autora, esclarecimento da relação entre a parte autora e o(a) titular da conta apresentada;

e) em atenção à Súmula nº 474 do STJ ("A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez"), esclarecer o grau de invalidez e o valor da indenização que entende devido, visto que o pedido deve ser certo e determinado, na forma dos arts. 322 e 324 do CPC, sob pena de improcedência liminar do pedido, na forma do art. 332, I do CPC;

f) acostar laudo médico atestando o grau de invalidez alegado pela parte autora e que comprove a permanência da sequela, informando qual a categoria da lesão e o percentual da perda relativa ao dano corporal que entende corretos, com base nos parâmetros da tabela da SUSEP, bem como indicando o valor indenizatório devido, visto que o pedido deve ser certo e determinado, na forma dos arts. 322 e 324 do CPC, sob pena de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I do CPC e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça;

g) juntar aos autos tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanente alegada, dentre as que autorizam o pagamento da indenização no valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I do CPC e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça;

Desp. Inicial DPVAT


- h) corrija o valor da causa, indicando o valor da indenização que entende devido (art. 292, V do CPC);
 i) acoste aos autos comprovante do valor pago na fase administrativa pela Seguradora Líder a título de indenização;
 j) _____

5. _____

Cumpra(m)-se o(s) item(ns): 2, 4 e 6.
 Exp. nec.

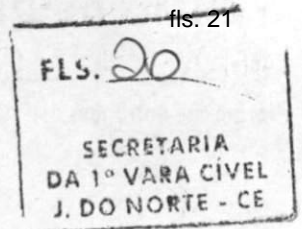
Juazeiro do Norte-CE, 10/08 /2017.


 RENATO DE OLIVEIRA VELLOSO
 JUIZ DE DIREITO

JUNTADA
 Aos 26 de 09 de 20 17, junto a estes autos
☐ Carta Precatória.
☐ Correspondência devolvida
☐ Mandado de _____
☐ (A.R) Aviso(s) de Recebimento(s).
☐ Ofício(s).
☒ Petição digitada em 02 laudas.
☐ Procuração e/ou Substabelecimento.
☐ documentos.
☐ _____
 Que segue(m) adiante as fls. 20/21

 Servidor(a) da 1ª Vara Cível



ACTUS
Advogados Associados



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.**

PETIÇÃO DE JUNTADA
PROCESSO Nº: 51595 - 58 . 2017 . 8.06.0112/0

EDSON TEIXEIRA BARBOSA, já fartamente
qualificado nos autos, vem, à presença de Vossa Excelência, por seus Advogados abaixo
assinado, requerer a juntada do substabelecimento anexo

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Barbalha/CE, 25 de setembro de 2017.

Antônio Allan Leite Saraiva
OAB/CE 23502

Thomaz Antonio Nogueira Barbosa
OAB/CE 20787

Bruna Reinaldo do Nascimento
Santana
OAB/CE 36955

Liberalina Mª Arrais Soares Cândido
OAB/CE 33.529

TERMO DE RECEBIMENTO

Ao(s) 26 de 09 de 20 17

foram-me entregues estes autos. Do que para constar

[Assinatura] Servidor da 1ª Vara Cível a receber

fls. 22

EXAUTENTICAÇÃO DE ASSINATURAS DE DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA

PROCESSO Nº. 17.000.012-0
PELO AO DE JUNTADA

assinado, requer a juntada do subscrito anexo
qualificado nos autos, vem à presença de Vossa Excelência, por seus Advogados abaixo

Nestes termos,
Pede a expedição de ofício.
Barbáthia/CE, 25 de setembro de 2017.

Bruna Reinaldo do Nascimento
Santana
OAB/CE 36922

Liberalina V. Aires Soares C. Araújo
OAB/CE 33.520

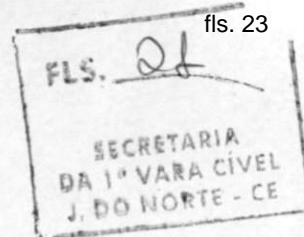
Antônio Allan Leite Satriya
OAB/CE 23503

Thomas Antonio Nogueira Barbosa
OAB/CE 20787

Barbáthia/CE, 25 de setembro de 2017. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível



ACTUS
Advogados Associados

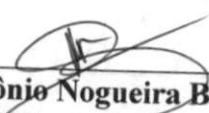


fls. 23

SUBSTABELECIMENTO

ANTÔNIO ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE nº 23.502, e **THOMAZ ANTÔNIO NOGUEIRA BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE nº 20.787 e **ALANA CORREIA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE nº 30.218, todos com escritório situado na Rua Zuca Sampaio, nº 649, bairro Santo Antônio, CEP nº 63180-000, cidade de Barbalha/CE, **SUBSTABELECE COM RESERVA DE PODERES** na pessoa de **LIBERALINA MARIA ARRAIS SOARES CÂNDIDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE nº 33.529, com escritório na Rua Zuca Sampaio, nº 649, bairro Santo Antônio, CEP 63180-000, cidade de Barbalha/CE, os poderes conferidos _____, brasileiro(a), _____, _____, inscrito(a) no CPF/MF nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____/CE, nos autos da Ação nº _____, a qual tramita na ____ª Vara da Comarca de _____/CE.

Barbalha/CE, 25 de setembro de 2017.


Thomaz Antônio Nogueira Barbosa
OAB/CE 20.787

Antônio Allan Leite Saraiva
OAB/CE 23.502

DECLARAÇÃO

ANTONIO ALIANE LITE SARAIVA, brasileiro casado, advogado inscrito na OAB/CE nº 23.502, e THOMAS ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro casado, advogado inscrito na OAB/CE nº 20.787 e AIANA CORREIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE nº 30.218, todos com escritório situado na Rua Xúca Sampaio, nº 649, bairro Santo Antônio, CEP nº 63.120-000, cidade de Barbalha/CE, SUBSTABELEC COM RESERVA DE PODERES na pessoa de LIRI RALINA MARIA ARRAS SOARES CANDIDO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/CE nº 33.429, com escritório na Rua Xúca Sampaio, nº 649, bairro Santo Antônio, CEP nº 63.120-000, cidade de Barbalha/CE, os poderes conferidos

inscrito na OAB/CE nº 33.429, com escritório na Rua Xúca Sampaio, nº 649, bairro Santo Antônio, CEP nº 63.120-000, cidade de Barbalha/CE, os poderes conferidos

inscrito na OAB/CE nº 33.429, com escritório na Rua Xúca Sampaio, nº 649, bairro Santo Antônio, CEP nº 63.120-000, cidade de Barbalha/CE, os poderes conferidos

inscrito na OAB/CE nº 33.429, com escritório na Rua Xúca Sampaio, nº 649, bairro Santo Antônio, CEP nº 63.120-000, cidade de Barbalha/CE, os poderes conferidos

JUNTADA
 04 de X de 17
 Junto a estes autos Pedido de Juntada
 de VASCO SUSEP e CORREIA
 de SARAIVA e LITE
 LIRI RALINA MARIA ARRAS SOARES CANDIDO



ACTUS
Advogados Associados

22
Hee

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.**

PETIÇÃO DE EMENDA À INICIAL
PROCESSO Nº 51595-58.2017.8.06.0112/0

EDSON TEIXEIRA BARBOSA, já fartamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, à presença de Vossa Excelência, por seu Advogado abaixo assinado, expor para ao final requerer:

Conforme despacho retro, foi requerido emenda à Inicial nos seguintes pontos: a) acostar aos autos os pressupostos para a justiça gratuita; b) acostar comprovante de residência atualizado; c) juntar laudo médico atualizado e tabela da SUSEP.

Inicialmente, o juiz somente poderá indeferir o pedido de gratuidade judiciária se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, caso em que, antes do indeferimento intimará a parte para que comprove o preenchimento dos pressupostos. (art. 99, §2º, do CPC).

Contudo, este Juízo não soube precisar quais elementos dos autos evidenciam a falta de pressupostos à concessão da benesse e qual pressuposto não fora cumprido para que seja possível a efetiva correção do vício.

Desse modo, reitera a hipossuficiência, conforme declaração constante na procuração anexa à inicial, **bastando sua declaração para que os benefícios ora**

TERMO DE RECEBIMENTO

Ao(s) 02 de 10 de 20 17

foram-me entregues estes autos. Do que para

Edson, Servidor do 1º Vara Cível, o recebe

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
CIVIL DA COMARCA DE BUAZÉIRO DO NORTE

PLANO DE EMENDA À INICIAL
PROJ. 220 N.º 21292-28.2017.8.06.01120

EDSON TEIXEIRA BARBOSA, já bastante qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, à presença de Vossa Excelência, por seu Advogado abaixo assinado, expor para ao final requerer:

Conforme despacho retro, foi requerido emenda à inicial nos seguintes pontos: a) acostar aos autos os pressupostos para a justiça gratuita; b) acostar comprovante de residência atualizado; c) juntar laudo médico atualizado e tabela da SUSBR.

Inicialmente, o Juiz somente poderá indeferir o pedido de gratuidade judicial se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, caso em que, antes do indeferimento intimará a parte para que comprove o preenchimento dos pressupostos (art. 99, §2º, do CPC).

Contudo, este Juiz não soube precisar quais elementos dos autos evidenciam a falta de pressupostos à concessão da benesse e qual pressuposto não fora cumprido para que seja possível a efetiva concessão do vício.

Assim modo, resta a hipossuficiência, conforme declaração constante na promissão anexa à inicial, bastando sua declaração para que os benefícios ora

Rua ... nº 649, Bairro Santo Antônio, CEP: 01244-000, cidade de Buazéiro do Norte, CE.
Tel: (88) 3332 1822



ACTUS

Advogados Associados

23

pleiteados sejam concedidos (art. 99, §§ 2º e 3º do CPC), salvo comprovação casuística da desnecessidade da concessão, fato não apresentado no despacho retro.

De outra banda, percebemos que por força do despacho de fls. 19/19-v, foi elencado a necessidade de endereço atualizado do Autor.

Seguindo a estrita e fria letra da lei, não há exigência do endereço atualizado do autor, senão vejamos:

Art. 319. A petição inicial indicará:

[...]

II- os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

Assim sendo, temos que entender que a mens legis, ou seja, a razão do dispositivo legal retromencionado.

A ideia por trás do endereço do autor é fornecer informações fidedignas à respeito do verdadeiro paradeiro das partes envolvidas no processo, sendo de bom tom que tais informações sejam as mais atuais possíveis.

Contudo, conforme é notório extrair do texto legal e da praxe forense, o endereço atualizado das partes não é um fim em si mesmo, como toda e qualquer exigência endoprocessual.

Nesse contexto, percebe-se que a exigência feita pela Lei é que qualquer que seja a data do comprovante de residência/endereço documentado das partes estejamos diante do verdadeiro e atual paradeiro do requerente e do requerido, pouco importando se temos um documento de 01 (um) mês ou 01 (um) ano atrás.

Aliás, é lógico pensarmos que de nada adianta um comprovante de endereço atualizado se a parte não reside mais naquela localidade. Sendo necessário, de fato, a informação e comprovação da real localização das partes.

É nesse contexto de ideias que surge a necessidade de alinhar as exigências legais e frias da Lei aos parâmetros traçados pelo dia-a-dia e o bom-senso do julgador, surgindo princípios como a Instrumentalidade das Formas. Cito:



ACTUS

Advogados Associados

24
N6

CPC. Art. 277. Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

Nesse ponto, vale o registro: se o autor residir no endereço informado, mesmo que desatualizado, a exigência legal do art. 319, II do CPC teria sido cumprida?

A resposta é óbvia e a consequência também!

Assim, i. Julgador, é impossível conceber tal motivo (a desatualização da informação) como sendo fundamental para a sentença de improcedência, haja vista que SERIA possível encontrar o autor no endereço fornecido, pouco importando se atualizado ou não.

Entretanto, conforme se divisa dos autos, não há real comprovação da não moradia (independentemente da atualização da residência), sendo direcionada todas as intimações à pessoa do advogado como verdadeira regra do Novo diploma processualista (arts. 270 c/c 273 e 274 do CPC).

Portanto, MM. Juiz, como forma de prestar uma tutela jurisdicional com vistas à Primazia da Solução de Mérito, roga pela intimação do autor no endereço já indicado.

Em seguida, é pedido o laudo médico atualizado, sendo necessário tecer algumas considerações.

É bem verdade que as indenizações referentes a acidentes automobilísticos, e que sejam provenientes de cobrança de Seguro DPVAT, devem ser pagas de forma proporcional, havendo um mínimo de objetividade (Tabela da SUSEP) para poder determinar o quantum cada vítima tem direito.

Assim, no sentido de buscar fixar padrões mínimos, a praxe forense admite a tabela da SUSEP como a definidora de tais parâmetros. *Contudo, quem deve se ater à tabela não são os Advogados, mas sim aqueles experts na definição das lesões e o grau de debilidade proveniente do evento danoso (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%).*



ACTUS

Advogados Associados

25
h3

É evidente que, em regra, o jurista não tem conhecimento técnico para poder determinar, mesmo que aprioristicamente, o grau da lesão sofrida e a exigência feita pelo Juízo de piso para apresentar:

“laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, **com precisão**, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanente alegada, dentre as que autorizam o pagamento da indenização no valor máximo” (fls. 35, proc. nº 66481-96.2016.8.06.0112) [GRIFAMOS]

Com base no Enunciado Sumular nº 474 do STJ que determina o pagamento proporcional às lesões sofridas, o Juízo a quo entendeu que tal orientação normativa do Superior Tribunal de Justiça quer dizer, na verdade, que: **a determinabilidade do grau da lesão sofrida pelo Autor deve ser dada pelo seu Advogado, em obediência à parâmetros de precisão técnica.**

Contudo, tal entendimento, *data vênia*, se encontra equivocado. O que acontece, na realidade é que, no momento da sentença, a relação entre o dano sofrido e a indenização percebida deve ser proporcional (no caso, à luz da tabela da SUSEP).

Assim sendo, deve-se compreender que o perito médico, nomeado pelo Juiz, após indícios mínimos acerca da existência do acidente automobilístico (indícios que constam do B.O, boletim médico, atestado médico, parecer e etc), é quem tem competência e conhecimento científico para precisar o grau de invalidez, sendo desnecessário a limitação antecipada (feita pelo Advogado do Autor) do valor à ser recebido, posto que somente o perito é quem dirá em que grau a lesão se encaixa.

Desse modo percebe-se a necessidade de designação de perícia médica judicial para que seja oportunizado as Partes o efetivo direito à prova (além daquelas já juntadas somente pelo Autor), bem como traz mais segurança ao Magistrado sobre o *quantum* é devido (ou não) em razão da lesão do Requerente.

Nesse sentido se posiciona a jurisprudência pátria:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PARCIAL. GRAU DE INVALIDEZ NÃO DEMONSTRADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 474 DO STJ. PERÍCIA MÉDICA. NECESSIDADE. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTE



ACTUS

Advogados Associados

(26)
m3

TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROVIMENTO DO RECURSO. ART. 557, § 1º-A, DO CPC. 1. Pretensão de recebimento de diferença relativa ao seguro DPVAT, uma vez que o apelante alega ter recebido administrativamente verba a esse título, supostamente a menor, por acidente sofrido em 23/11/2011. 2. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.246.432/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos, pacificou o entendimento de que a indenização do seguro DPVAT deve ser fixada conforme o grau de invalidez parcial apurado, devendo ser aplicada a Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça. **3. Assim, na hipótese, a prova pericial torna-se fundamental para se aferir a extensão das lesões decorrentes do acidente e o percentual correspondente.** 4. Direito a produção da prova pericial que garante o efetivo exercício do devido processo legal, notadamente, o respeito ao contraditório, nos termos do art. 5º LV da Constituição Federal. 5. Anulação da sentença. 6. Provimento do recurso, com aplicação do art. 557, § 1º-A, do CPC. (TJRJ, A.C. nº 02490159220138190001, 7ª Câmara Cível, Rel. Elton Martinez Carvalho Leme, DJe 21/03/2016) [GRIFO NOSSO]

Em arremate, a própria Corte Alencarina, em julgado recente, reconhece a necessidade de perícia judicial, impreterivelmente, como uma forma de comprovar a extensão do dano:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 11.945/09. INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DAS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO. SÚMULA 474 DO STJ. PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA EM JUÍZO PARA AFERIÇÃO DA GRADAÇÃO DOS DANOS. EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO AO AUTOR NO ENDEREÇO DECLINADO NA EXORDIAL. AVISO DE RECEBIMENTO DEVOLVIDO COM A ANOTAÇÃO DE "DESCONHECIDO". ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES. DEVER DA PARTE. PRESUNÇÃO DE VALIDADE DA INTIMAÇÃO. ARTIGO 274, § ÚNICO, CPC/2015. NEGLIGÊNCIA DO AUTOR EM COMPROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO POSTULADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Na vertência, busca a Apelante a reforma da sentença prolatada pelo juiz de primeiro grau, que julgou improcedente o seu pedido de complementação de seguro DPVAT tendo em vista o seu não comparecimento à perícia médica designada para aferição do grau de invalidez ocasionado pelo acidente automobilístico sofrido no dia 31 de agosto de 2010. 2. Ao caso dos autos aplica-se, então, as disposições da Lei 6.194/74, com as alterações trazidas pela Lei 11.482/07, e a Lei nº 11.945/09, esta decorrente da MP nº 451/2008, que estabelece tabela de cálculo para apuração do valor de indenização securitária decorrente de acidentes causados por veículo automotores terrestres, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 4627 - DJE 03/12/2014) e objeto da Súmula 474 do STJ. **3. Em que pese o pagamento realizado pela Seguradora ao Demandante, em procedimento administrativo instaurado para esse fim, a eventual complementação dessa quantia nos termos pleiteados pela**



ACTUS

Advogados Associados

Apelante deveria ser comprovada por meio de apuração da vastidão da incapacidade sofrida, a ser realizada por perícia médica implementada em juízo. [...] (TJCE, A.C. 01790676020128060001, 1ª Câmara de Direito Privado, Rel. Emanuel Leite Albuquerque, DJe 14/12/2016) [GRIFO NOSSO]

Dessa forma, Excelência, é notório que o *quantum* é delineado pelo Juízo à luz da perícia médica, sendo irrelevante o valor requerido na Inicial, servindo, simplesmente, de limitador para eventual arbitramento indenizatório pelo Julgador.

Ademais, é o próprio perito quem deve determinar se estamos diante de uma lesão permanente ou não, haja vista que nenhum dos Atores processuais tem conhecimento técnico para tal análise.

Para finalizar, o STJ tem posicionamento pacífico no sentido da necessidade de perícia médica judicial para quantificar, proporcionalmente, a lesão sofrida pela Vítima (AgRg no Ag. 1.388.045/MT, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJe 5.5.11; REsp. 914.455/SP, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 21.3.11; REsp. 1.101.572/RS, Relª. Minª. NANCY ANDRIGHI, DJe 16.11.10; Ag. 1.330.382/PR, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO NORONHA, DJe 5.11.10; entre outros).

Assim, nesse contexto de ideias, podemos vislumbrar que mais acertado é pedir o teto indenizatório e aguardar que os contornos sobre a lesão sejam feitos por quem é competente para fazê-lo (o Juízo após a devida apreciação pelo *expert*).

Portanto, entendemos que, apesar da justificativa está fincada sobre Enunciado Sumular nº 474 do STJ, a leitura feita não condiz com a correta percepção de tal Enunciado, posto que não existe nenhuma desproporcionalidade até que estejamos diante de uma sentença meritória.

Assim, por derradeiro, requer a juntada da tabela da SUSEP com a posterior citação da Seguradora e, eventualmente, a designação de perícia médica judicial.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Barbalha/CE, 27 de Setembro de 2017.



ACTUS
Advogados Associados

(28)

Bruna Reinaldo do Nascimento Santana
OAB/CE 36955

Liberalina M^a Arrais Soares Cândido
OAB/CE 33529

Antônio Allan Leite Saraiva
OAB/CE 23502

Thomaz Antonio Nogueira Barbosa
OAB/CE 20787

Nayra Leal Feitosa
Nayra Leal Feitosa
Estagiária de Direito

8131-1483

8133-1046

2531

1350
337

Bia

843
337843
337

Ivy

29
Me3

ANEXO I



**Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT**

TABELA - LIMITES MAXIMOS PARA ACORDOS EM PEDIDOS POR INVALIDEZ PERMANENTE

Danos Corporais Previstos na Lei	TOTAL 100%	INTENSA 75%	MEDIA 50%	LEVE 25%	RESIDUAL 10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de <u>ambos</u> os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de <u>ambas</u> as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da <u>visão</u> em ambos os olhos (segueira bilateral) ou segueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo - comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) Perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Lesões de órgãos e estrutura crânio facial, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autônômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital.					
Perda anatômica e/ou funcional completa de <u>um dos</u> membros superiores e/ou de <u>uma das</u> mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de <u>um dos</u> membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de <u>um dos</u> pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da <u>visão</u> de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelo, <u>punhos</u> ou <u>dedo polegar</u>	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um <u>quadril</u> , <u>joelho</u> ou <u>tornozelo</u>					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um <u>dedo</u> ou outros dedos da <u>mão</u>					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos <u>dedos do pé</u>					
Perda integral (retirada cirurgia) do <u>baço</u>					

CERTIDÃO

Certifico que o processo nº 51.595 - 58. 2017
Com tramitação pela 1ª Vara Cível, foi
auditado pelo Núcleo de Digitalização, tendo sido as
peças do caderno processual conferidas, digitalizadas e
convertidas, encerrando-se, nesta data, a sua tramitação
física, cuja última folha possui a
numeração 29, passando a
tramitar eletronicamente, no SAJ. O referido é
verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte-ce, 28 de Mai de 18.
Servidor/matricula: Marcia Karcis
24757



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0051595-58.2017.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Edson Teixeira Barbosa**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat**

Vistos etc.

Tratam os presentes autos de ação de cobrança de seguro DPVAT na qual o autor postula o pagamento do valor integral do seguro de R\$ 13.500,00.

Despacho de fls. **19/20** determinou a emenda à inicial para "*juntar aos autos tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanente alegada, dentre as que autorizam o pagamento da indenização no valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I do CPC e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça*".

Petição de fls. **25/33** não atendeu ao despacho de emenda e se limitou acostar tabela da SUSEP, sem laudo médico atual e sem esclarecer com precisão a hipótese em que se encaixa a debilidade que justifique o pagamento da indenização no valor máximo, aduzindo que cabe ao perito indicado pelo juiz informar o grau da lesão sofrida e, consequentemente, possibilitar o cálculo correto do valor causídico, não levando em consideração, no entanto, que o pedido que compõe a inicial deve ser líquido e certo.

É o sucinto relatório. DECIDO.

O autor postula o pagamento integral de seguro DPVAT no montante de R\$ 13.500,00, todavia, o tanto o laudo que instrui a inicial, como o laudo carreado indicam que o autor sofreu **TRAUMA NA PERNA ESQUERDA**.

Somente autorizam o pagamento integral do seguro DPVAT as seguintes hipóteses:

- Perda total da visão de ambos os olhos
- Perda total do uso de ambos os braços
- Perda total do uso de ambas as pernas
- Perda total do uso de ambas as mãos
- Perda total do uso do braço e uma perna
- Perda total do uso de uma das mãos e um dos pés
- Perda total do uso de ambos os pés
- Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica
- Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

Observo que a petição apresentada não atende aos termos do despacho de emenda, posto que não indica qual seria a invalidez permanente sofrida e seu grau, bem seu enquadramento para fins de patamar de pagamento do seguro DPVAT, questões indispensáveis para a análise do pedido e a própria garantia do direito de defesa do réu, posto que tais aspectos se referem à causa de pedir.

Assim, tal irregularidade leva ao reconhecimento da inépcia da inicial, implicando seu indeferimento, como pacificado na jurisprudência:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO AMBIENTAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. OMISSÃO. EMBARGOS COM EFEITOS INFRINGENTES E DE PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. CAUSA DE PEDIR GENÉRICA AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO ACERCA DOS SUPOSTOS DANOS INDIVIDUAIS SOFRIDOS. INÉPCIA CONFIGURADA. INDEFERIMENTO DA EXORDIAL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 267, I, DO CPC. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. PRECEDENTES. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCOMPATIBILIDADE DA TESE RECORRIDA COM O ARTIGO VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF, POR ANALOGIA. AGRAVO NÃO PROVIDO. (Agravado em Recurso Especial nº 828.089/PR (2015/0308397-3), 3ª Turma do STJ, Rel. Moura Ribeiro. j. 20.01.2016, DJe 05.02.2016).

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. EMENDA. OPORTUNIZAÇÃO. INÉRCIA DO AUTOR CERTIFICADA. AUSÊNCIA DE JUNTADA DA PLANILHA DE CÁLCULOS E DEPÓSITO JUDICIAL DOS VALORES INCONTROVERSOS. DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO REVISIONAL (ART. 285-B, §§ 1º E 2º, CPC). PRECEDENTES: TJ/CE. JUSTA CAUSA NÃO COMPROVADA. EXTINÇÃO PREMATURA DO FEITO (ARTIGOS 284 E PARÁGRAFO ÚNICO; 267, I; E 295, VI, TODOS DO CPC). CONFIRMAÇÃO. RECURSO APELATÓRIO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. (...). Sendo assim, a sentença recorrida encaixa-se perfeitamente à hipótese prevista no art. 295, inciso VI, do CPC, que permite ao julgador indeferir a petição inicial quando esta não preencher devidamente os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ambos do CPC, ou mesmo quando apresentar defeitos ou irregularidades capazes de dificultar seu julgamento de mérito, desde que respeitado o direito subjetivo do autor de emendá-la, conduta esta observada na origem. 5. APELAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. (Apelação nº 0009356-91.2013.8.06.0043, 6ª Câmara Cível do TJCE, Rel. Maria Vilauba Fausto Lopes. unânime, DJe 30.01.2015).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. PETIÇÃO CONFUSA E GENÉRICA. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO PRECISA DOS FATOS QUE CONSTITUEM A CAUSA DE PEDIR. (...). PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA. PROCESSO JULGADO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. DECISÃO ACERTADA. RECURSO DESPROVIDO. (Processo nº 1372629-1, 13ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Eduardo Sarrão. j. 27.04.2016, unânime, DJ 13.05.2016).

Considerando que a parte autora, regularmente intimada para proceder à emenda à inicial, não atendeu a contento a determinação judicial, é o caso de indeferimento da inicial.

Pelo exposto, por sentença **INDEFIRO A INICIAL** e, por conseguinte, **JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO** o presente feito, com arrimo no art. 485, inciso I do Código de Processo Civil.

Sem custas diante da gratuidade, nem honorários.

Publique-se. Registre-se. Intime-se (DJE).

Após, arquivem-se com as cautelas de praxe.

Exp. Nec.

Juazeiro do Norte/CE, 09 de agosto de 2018.

Renato Belo Vianna Velloso

Juiz de Direito¹

Assinado por Certificação Digital

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0051595-58.2017.8.06.0112**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Edson Teixeira Barbosa**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que a sentença de fls.35/37, proferida em 09.08.2018, foi registrada nesta data. O referido é verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte/CE, 21 de agosto de 2018.

Ledina Maria Frota dos Santos
Técnico Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo n.º: **0051595-58.2017.8.06.0112**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Edson Teixeira Barbosa**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt**

Conforme disposição expressa na **Portaria nº 01/2017**, emanada da Diretoria do Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, **disponibilizada no DJE de 19 de janeiro de 2017**, fica a **parte autora**, por seu(s) advogado(s), **no prazo de 15(quinze) dias, intimada: 1. da conversão do processo físico em digital; 2. do inteiro teor da sentença sem resolução de mérito prolatada nos autos às fls. 35/37.**

Juazeiro do Norte/CE, 25 de setembro de 2018.

Jeconias Alves de Oliveira Júnior

Técnico Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0998/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	D.J

Teor do ato: "ATO ORDINATÓRIO Processo n.º:0051595-58.2017.8.06.0112 Classe:Procedimento Sumário Assunto: Seguro RequerenteEdson Teixeira Barbosa RequeridoSeguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2017, emanada da Diretoria do Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, disponibilizada no DJE de 19 de janeiro de 2017, fica a parte autora, por seu(s) advogado(s), no prazo de 15(quinze) dias, intimada: 1. da conversão do processo físico em digital; 2. do inteiro teor da sentença sem resolução de mérito prolatada nos autos às fls. 35/37. Juazeiro do Norte/CE, 25 de setembro de 2018. Jeconias Alves de Oliveira Júnior Técnico Judiciário Assinado por certificação digital"

Do que dou fé.
Juazeiro do Norte, 25 de setembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0051595-58.2017.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Edson Teixeira Barbosa**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que nesta data enviei para publicação no DJE a relação nº **998/2018**. O referido é verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte/CE, 25 de setembro de 2018.

Jeconias Alves de Oliveira Júnior
Técnico Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0998/2018, foi disponibilizado na página 1205-1206 do Diário da Justiça Eletrônico em 26/09/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 28/09/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.
12/10/2018 - Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	15	19/10/2018

Teor do ato: "ATO ORDINATÓRIO Processo n.º:0051595-58.2017.8.06.0112 Classe:Procedimento Sumário Assunto: Seguro RequerenteEdson Teixeira Barbosa RequeridoSeguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2017, emanada da Diretoria do Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, disponibilizada no DJE de 19 de janeiro de 2017, fica a parte autora, por seu(s) advogado(s), no prazo de 15(quinze) dias, intimada: 1. da conversão do processo físico em digital; 2. do inteiro teor da sentença sem resolução de mérito prolatada nos autos às fls. 35/37. Juazeiro do Norte/CE, 25 de setembro de 2018. Jeconias Alves de Oliveira Júnior Técnico Judiciário Assinado por certificação digital"

Do que dou fé.
Juazeiro do Norte, 27 de setembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
CÍVEL DA COMARCA JUAZEIRO DO NORTE/CE**

**APELAÇÃO CÍVEL
PROCESSO N°. 0051595-58.2017.8.06.0112/0**

EDSON TEIXEIRA BARBOSA, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente perante Vossa Excelência apresentar **APELAÇÃO** nos presentes autos do **PROCEDIMENTO SUMÁRIO/ORDINÁRIO**, movido em face da **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

Requer seja **RECEBIDA E PROCESSADA** a presente apelação nos seus regulares efeitos (suspensivo e devolutivo), para reformar a r. decisão proferida, e caso Vossa Excelência entenda que deva ser mantida a respeitável decisão, que os presentes autos sejam **REMETIDOS** ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará.

Termos em que,

Pede deferimento.

Barbalha/CE, 16 de outubro de 2018

Thomaz Antônio Nogueira Barbosa
OAB/CE 20.787

Antônio Allan Leite Saraiva
OAB/CE 23.502

Rivânia Alves Santos
OAB/CE 39.114

Ingrid Costa Cardoso
OAB/ CE 39.417



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

RAZÕES DA APELAÇÃO

ORIGEM: 1ª Vara Cível da Comarca do Juazeiro do Norte/CE.

PROCESSO Nº 0051595-58.2017.8.06.0112/0.

APELANTE: EDSON TEIXEIRA BARBOSA

APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

*Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará,
Colenda Câmara,
Nobres Julgadores.*

Em que pese o indiscutível saber jurídico do MM. Juiz "*a quo*", impõe-se a reforma de respeitável sentença que findou com o presente Procedimento Ordinário, pelas razões de fatos e fundamentos a seguir expostos:



I. DO RESUMO FÁTICO

Trata-se de Ação de cobrança de diferença de seguro DPVAT, movida pelo ora apelante, EDSON TEIXEIRA BARBOSA, em face da SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DPVAT, na qual pleiteia a diferença entre o valor recebido administrativamente e o que de fato deve ser pago em razão do acidente mencionado na Exordial.

Nesse diapasão, a r. sentença datada do dia 09 de agosto de 2018 (fls. 35-37) proferida pelo Juízo *a quo* acabou por julgar improcedente a pretensão posto que faltou, supostamente, requisitos essenciais à petição inicial (comprovante de endereço atualizado, laudo médico atualizado e a determinação precisa da lesão conforme a tabela da SUSEP).

Cabe assinalar que os fundamentos da Sentença foram: a) necessidade de preenchimento dos requisitos elencados no art. 319, II do CPC; b) determinar, com precisão técnica, em que grau e valor a lesão deverá ser ressarcida à luz da tabela da SUSEP; c) indeferimento da Exordial pelo não atendimento a conteúdo do despacho de emenda.

Em apertada síntese, é o que cabe relatar.

II. DAS RAZÕES RECURSAIS:

Em que pese o respeitável entendimento do Magistrado de piso, tais fundamentos não merecem prosperar no atual sistema processualista. Passaremos a explicar ponto a ponto os fundamentos e sua relevância para o julgamento da causa de outra forma.

I) Endereço atualizado:

Inicialmente, percebemos que por força do despacho de fls. 19-20, foi elencado a necessidade de endereço atualizado da parte Autora.



Seguindo a estrita e fria letra da Lei, não há exigência do endereço atualizado do Autor, senão vejamos:

Art. 319. A petição inicial indicará:
[...]
II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, **o domicílio e a residência do autor e do réu;** [GRIFO NOSSO]

Assim sendo, temos que entender a *mens legis*, ou seja, a razão do dispositivo legal retro mencionado.

A ideia por trás do endereço do Autor é fornecer informações fidedignas a respeito do verdadeiro paradeiro das Partes envolvidas no processo, sendo de bom tom que tais informações sejam as mais atuais possíveis.

Contudo, conforme é notório extrair do texto legal e da praxe forense, o endereço atualizado das Partes não é um fim em si mesmo, como toda e qualquer exigência endoprocessual.

Nesse contexto, percebe-se que **o comprovante de endereço atualizado não é documento indispensável para a propositura da ação**, por consequente **não pode ser causa de indeferimento da inicial**. Vejamos em acórdão proferido por este ilustre Tribunal:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE EVIDENCIEM A FALTA DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 99, §§ 2º, 3º E 4º, DO CPC. DECISÃO REFORMADA. GRATUIDADE CONCEDIDA. DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. EXIGÊNCIA DE JUNTADA DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO. REQUISITO NÃO PREVISTO NO ART. 319 DO CPC. DOCUMENTO QUE NÃO É INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO ATENDIMENTO DOS DEMAIS REQUISITOS LEGAIS PELO AUTOR. IMPOSSIBILIDADE DE INDEFERIMENTO DA INICIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. IMPRESCINDIBILIDADE DA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA REQUERIDA PELO AUTOR. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0064865-86.2016.8.06.0112, em que figura como recorrente Moisés Tavares de Sousa e recorrido Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. ACORDAM os Desembargadores integrantes da 4ª Câmara de Direito Privado deste Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em CONHECER do recurso e DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do



eminente Relator. Fortaleza, 12 de junho de 2018. DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Relator PROCURADOR DE JUSTIÇA

Assim, i. Desembargadores, é impossível conceber tal motivo (a desatualização da informação) como sendo fundamento para uma sentença de improcedência, haja vista que SERIA possível encontrar o Autor no endereço fornecido, pouco importando se recente ou não.

Entretanto, conforme se divisa dos autos, o douto Magistrado não diligenciou no sentido de obter tais informações, sendo mais relevante a data do comprovante de residência do que sua efetiva moradia.

II) Laudo médico atualizado:

É bem verdade que as indenizações referentes a acidentes automobilísticos, e que sejam provenientes de cobrança de Seguro DPVAT, devem ser pagas de forma proporcional, havendo um mínimo de objetividade (Tabela da SUSEP) para poder determinar o *quantum* cada vítima tem direito.

Assim, no sentido de buscar fixar padrões mínimos, a praxe forense admite a tabela da SUSEP como a definidora de tais parâmetros. Contudo, quem deve se ater à tabela não são os Advogados, mas sim aqueles *experts* na definição das lesões e o grau de debilidade proveniente do evento danoso (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%).

É evidente que, em regra, o jurista não tem conhecimento técnico para poder determinar, mesmo que aprioristicamente, o grau da lesão sofrida e a exigência feita pelo Juízo de piso para apresentar:

“laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, **com precisão**, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanente alegada, dentre as que autorizam o pagamento da indenização no valor máximo” (fls. 19, proc. nº 0051595-58.2017.8.06.0112) [GRIFAMOS]

Com base no Enunciado Sumular nº 474 do STJ que determina o pagamento proporcional às lesões sofridas, o Juízo *a quo* entendeu que tal orientação normativa do Superior Tribunal de Justiça quer dizer, na verdade, que: **a determinabilidade do grau**



da lesão sofrida pelo Autor deve ser dada pelo seu Advogado, em obediência à parâmetros de precisão técnica.

Contudo, nobres Desembargadores, tal entendimento, *data vênia*, se encontra equivocado. O que acontece, na realidade é que, no momento da sentença, a relação entre o dano sofrido e a indenização percebida deve ser proporcional (no caso, à luz da tabela da SUSEP).

Assim sendo, deve-se compreender que o perito médico, nomeado pelo Juiz, após indícios mínimos acerca da existência do acidente automobilístico (indícios que constam do B.O, boletim médico, atestado médico, parecer e etc), é quem tem competência e conhecimento científico para precisar o grau de invalidez, sendo desnecessário a limitação inferior ao máximo legal de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), posto que somente o perito é quem dirá em que grau a lesão se encaixa.

Desse modo percebe-se a necessidade de designação de perícia médica judicial de *Ex Officio* pelo próprio juiz, para que assim o *experte* determinado pelo magistrado possa determinar o grau de lesão, bem como traz mais segurança sobre o *quantum* é devido (ou não) ao Requerente.

Nesse sentido se posiciona a jurisprudência pátria:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE. APURAÇÃO. PROVA PERICIAL. NECESSIDADE.DETERMINAÇÃO DE OFÍCIO. PODER-DEVER DO JULGADOR- Para o pagamento do seguro DPVAT é necessária prova de que a vítima de acidente envolvendo veículo automotor tenha sido acometida de invalidez permanente- **Inexistindo nos autos elementos técnicos para se apurar a verdade real dos fatos, deve o magistrado, com base no disposto no art.370 do Código de Processo Civil determinar de ofício a realização de provas necessárias para o desate do feito.**

(TJ-MG-AC: 10021150010375001 MG, Relator Luiz Carlos Gomes da Mata, Data do Julgamento: 13/12/2016, Câmaras Cíveis/13ª Câmara, Data de Publicação: 21/01/2017) [GRIFO NOSSO]

Em arremate, a própria Corte Alencarina, em julgado recente, reconhece a necessidade de perícia judicial, impreterivelmente, como uma forma de comprovar a extensão do dano:



PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 11.945/09. INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DAS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO. SÚMULA 474 DO STJ. PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA EM JUÍZO PARA AFERIÇÃO DA GRADAÇÃO DOS DANOS. EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO AO AUTOR NO ENDEREÇO DECLINADO NA EXORDIAL. AVISO DE RECEBIMENTO DEVOLVIDO COM A ANOTAÇÃO DE "DESCONHECIDO". ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES. DEVER DA PARTE. PRESUNÇÃO DE VALIDADE DA INTIMAÇÃO. ARTIGO 274, § ÚNICO, CPC/2015. NEGLIGÊNCIA DO AUTOR EM COMPROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO POSTULADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. [...]2. **Ao caso dos autos aplica-se, então, as disposições da Lei 6.194/74, com as alterações trazidas pela Lei 11.482/07, e a Lei nº 11.945/09, esta decorrente da MP nº 451/2008, que estabelece tabela de cálculo para apuração do valor de indenização securitária decorrente de acidentes causados por veículo automotores terrestres, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 4627 - DJE 03/12/2014) e objeto da Súmula 474 do STJ.3. Em que pese o pagamento realizado pela Seguradora ao Demandante, em procedimento administrativo instaurado para esse fim, a eventual complementação dessa quantia nos termos pleiteados pela Apelante deveria ser comprovada por meio de apuração da vastidão da incapacidade sofrida, a ser realizada por perícia médica implementada em juízo. [...]** (TJCE, A.C. 01790676020128060001, 1ª Câmara de Direito Privado, Rel. Emanuel Leite Albuquerque, DJe 14/12/2016) [GRIFO NOSSO]

Dessa forma, i. Julgadores, é notório que o *quantum* é delineado pelo Juízo à luz da perícia médica, sendo irrelevante o valor requerido na Inicial, servindo, simplesmente, de limitador para eventual arbitramento indenizatório pelo Julgador. **Ademais, é o próprio perito quem deve determinar se estamos diante de uma lesão permanente ou não, haja vista que nenhum dos Atores processuais tem conhecimento técnico para tal análise.**

Assim, nesse contexto de ideias, podemos vislumbrar que mais acertado é pedir o teto indenizatório e aguardar que os contornos sobre a lesão sejam feitos por quem é competente para fazê-lo (o Juízo após a devida apreciação pelo *expert*).

Portanto, entendemos que, apesar da justificativa está fincada sobre Enunciado Sumular do E. STJ, a leitura feita pelo Juízo de piso não corresponde com a correta



percepção de tal Enunciado, posto que não existe nenhuma desproporcionalidade até que estejamos diante de uma sentença meritória.

III. DOS PEDIDOS

Isto posto, REQUER a Vossa Excelência que a:

- a) **CITAR** o apelado para que, querendo, apresente contrarrazões ao presente recurso no prazo legal, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
- b) **RECEBER E JULGAR PROCEDENTE O PRESENTE RECURSO**, determinando nova decisão a fim de invalidar a r. sentença (fls. 35-37) e remeter os presentes autos ao Juízo *a quo* para o regular prosseguimento do feito.
- c) **CONDENAR** o apelado a pagar custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios no montante de 20% da condenação, nos termos da lei.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, em especial provas testemunhais e documentos juntados aos autos, sem prejuízo da produção de quaisquer outras provas que se fizerem necessárias para a resolução da demanda.

Termos em que,
Pede deferimento.
Barbalha/CE, 16 de setembro de 2018.

Thomaz Antônio Nogueira Barbosa
OAB/CE 20.787

Antônio Allan Leite Saraiva
OAB/CE 23.502

Rivânia Alves Santos
OAB/CE 39.114

Ingrid Costa Cardoso
OAB/CE 39.417



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0051595-58.2017.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Edson Teixeira Barbosa**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt**

Vistos etc.,

Intime-se parte recorrida para, querendo no prazo de **15 quinze) dias**, apresentar contrarrazões apelatórias.

Decorrido prazo concedido e caso não haja manifestação a respeito dos requisitos de admissibilidade do recurso ofertado, remetam-se autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Intime(m)-se.

Juazeiro do Norte, 04 de fevereiro de 2019.

Renato Belo Vianna Velloso
Juiz de Direito

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0051595-58.2017.8.06.0112**
 Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**
 Requerente: **Edson Teixeira Barbosa**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat**

CERTIFICO, após análise dos autos, a configuração de carta de intimação, em cumprimento ao despacho de fls. 51.

O referido é verdade.

Dou fé.

Juazeiro do Norte/CE, 14 de fevereiro de 2019.

ELAYNE CRISTINA SANTOS MENDONÇA

Técnico Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br Juazeiro do Norte

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo nº: **0051595-58.2017.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Edson Teixeira Barbosa**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt**
 Endereço: **Rua Ana Rita de Souza, 125, Aeroporto - CEP 63020-622, Juazeiro do Norte-CE**

Prezado(a) Senhor(a) **Edson Teixeira Barbosa**,

A presente, extraída da ação em epígrafe, de ordem do(a) MM Juiz(a), Dr.(a) Francisco José Mazza Siqueira, tem como finalidade **INTIMAR** V.Sa. Para se tornar ciente, bem como, para, querendo, apresentar contra-razões no prazo de 15 dias*.

OBSERVAÇÕES:

1. Expediente emitido conforme art. 3º, do provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça, de 10 de janeiro de 2019.

Juazeiro do Norte/CE, 08 de julho de 2019.

Servidor SEJUD
Provimento n.º 1/2019 da CGJ
 Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a). Edson Teixeira Barbosa
 Rua Ana Rita de Souza, 125, Aeroporto
 Juazeiro do Norte-CE
 CEP 63020-622

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

 CORREIOS AR		AVISO DE RECEBIMENTO		14 AGO 2019	
DESTINATÁRIO Edson Teixeira Barbosa Rua Ana Rita de Souza, 125, Aeroporto 63020-622, Juazeiro do Norte, CE				AR577860027BI	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR SEJUD CRAJUBAR - Comarca de JUAZEIRO DO NORTE Av. Padre Cicero, 20420, Muriti 63102-000, Crato, CE					
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª _____ : _____ h 2ª _____ : _____ h 3ª _____ : _____ h		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) 0051595-58.2017.8.06.0112-0003 (Proc. digital)			
ATENÇÃO Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO Antonio Gilyandi Pereira MAT: 61795.7-9	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		<input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o número <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Outros		<input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Falecido	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		DATA ENTREGA 19-08-19		Nº DOC. DE IDENTIDADE	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionilia Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0051595-58.2017.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Edson Teixeira Barbosa**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt**

Vistos etc;

Cumpra-se o despacho de fls. 51, a cerca da intimação da parte requerida para, querendo no prazo de 15 dias, apresentar contrarrazões apelatórias, tendo em vista que a intimação de fls. 53 fora direcionado ao apelante.

Ademais, decorrido prazo concedido e caso não haja manifestação a respeito dos requisitos de admissibilidade do recurso ofertado, remetam-se autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Intime(m)-se.

Exp. Nec.

Juazeiro do Norte, 08 de julho de 2020.

Renato Belo Vianna Velloso
Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionilia Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br Juazeiro do Norte

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo nº: **0051595-58.2017.8.06.0112**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Sumário**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Edson Teixeira Barbosa**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt**
 Endereço: **Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro - CEP 20031-205, Rio De Janeiro-RJ**

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt**,

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) **Dr(a). Francisco José Mazza Siqueira**, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte, tem como finalidade **INTIMAR** V.Sa. de todo conteúdo da apelação para, querendo, apresentar contrarrazões apelatórias no prazo de 15 (quinze) dias.

Juazeiro do Norte/CE, 20 de agosto de 2020.

Servidor SEJUD
Provimento n.º 1/2019 da CGJ

Sr(a).
 Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt
 Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20031-205